

## **Fischer, Michael M. J. *Futuros Antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, 294 p.**

THAMIRES DE LIMA SILVA

Michael M. J. Fischer é professor de antropologia e de estudos da ciência e da tecnologia no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Observando os recentes desenvolvimentos da disciplina antropológica, vêm se dedicando as temáticas de antropologia das biociências, tecnologias, circuitos de mídia e formas emergentes de vida.

Em “Futuros Antropológicos - Redefinindo a cultura na era tecnológica” (2011), Fischer elabora caminhos para as antropologias futuras que surgem em contextos interdisciplinares e transdisciplinares e apresenta também reflexões fundamentais para a antropologia da ciência e tecnologia que, sob influência dos estudos multidisciplinares da ciência e tecnologia tem um campo fértil a se debruçar em torno de questões contemporâneas. A percepção de Fischer é que os avanços tecnocientíficos fomentam o debate acerca da redefinição dos espaços públicos, das epistemologias cívicas, da noção de sociedade civil e da cultura política.

Partindo da concepção kantiana de antropologia seja como disciplina acadêmica e/ou prática filosófica, Fischer defende que a antropologia deve se abrir a novas perspectivas multidimensionais visando o conhecimento e o entendimento da humanidade (antropos). Para isto, é necessário reconhecer que as categorias – cultura, natureza, corpo, mercado, ciência, tecnologia etc. – que permitiram as nossas reflexões analíticas sobre o mundo devem ser readaptadas não apenas visando novos métodos

para a análise cultural, mas também uma nova sensibilidade etnográfica no que tange aos diversos mecanismos empreendedores da modernidade e o retorno as questões fundamentais em torno dos conceitos antropológicos.

Desta forma, o capítulo primeiro retorna as reflexões conceituais no debate da análise cultural. A inovação de Fischer consiste na análise cultural pelo prisma de um sistema experimental, através da qual o autor explora a seguinte concepção contemporânea de cultura:

Cultura é (1) aquele todo relacional (c.1848), (2) complexo (anos 1870), (3) cujas partes não podem ser modificadas sem afetar as outras partes (c.1914), (4) mediado por formas simbólicas potentes e poderosas (anos 1930), (5) cujas multiplicidades e cujo caráter performativamente negociado (anos 1960), (6) são transformados por posições alternativas, formas organizacionais e o alavancamento de sistemas simbólicos (anos 1980), (7) assim como pelas novas e emergentes tecnociências, meios de comunicação e relações biotécnicas (p. 19).

Ao delinear a genealogia histórica das concepções de cultura – e sua instrumentalização dentro do pensamento antropológico – o autor reconhece que a noção de cultura foi formulada em diversos contextos. Ele cita, por exemplo, o uso da noção de cultura como um oponente dialéti-

co a civilização por meio do projeto colonizador e do ideal de moralidade etnocêntrica ocidental-européia. Na antropologia o conceito analítico e abrangente de cultura, formulado por E. B. Tylor, tinha como objetivo compreender as variabilidades culturais no período de colonização, o ponto de vista nativo e suas implicações em diversos domínios. A cultura vista em sua dimensão relacional, teve suas raízes em meados do século XIX e com seu aprimoramento metodológico na virada do século XX, o conceito de cultura passou a abarcar matrizes de diversas áreas interdisciplinares como a lingüística, a hermenêutica e o método comparativo. Mais a frente, a sua revitalização conceitual é fomentada pela incorporação de importantes ferramentas de análise etnográfica, com o realismo documental e o uso das artes, surgidas na antropologia social britânica e na teoria crítica da Escola de Frankfurt.

A proposta de um conceito de cultura readaptado, dentro da noção de sistema experimental, reconhece que este conceito cresce em múltiplas camadas históricas de especificações e diferenciações, permitindo que novas realidades possam ser vistas e desenvolvidas enquanto esses parâmetros mudam. Ademais, o conceito relacional e experimental de cultura não abdica das reflexões anteriores, mas pretende ampliar as lentes para que a análise cultural enxergue novos horizontes e pensamentos críticos de espaços intermediários, interativos intersubjetivos e institucionais dentro das formas de sociabilidade contemporânea. Nesse sentido, Fischer defende que a antropologia deve seguir a “perspectiva de joalheiro”, isto é, ressaltando as diferentes facetas por meio do detalhe etnográfico, mas também num movimento de vaivém entre enquadramento de primeiro plano e recuos, que permitam uma visão mais global, por uma experimentação conceitual. A perspectiva do joalheiro permite observar os pontos críticos locais, os objetos multi-situados em redes e deslocamento de localidades para atores transnacionais, por exemplo.

Novos horizontes culturais estão localizados nas tecnociências do final do séc. XX e início do séc. XXI que diferenciam os vocabulários culturais e percepções sociais atuais. O foco na modernidade abrange os recentes avanços tecnocientíficos e as formas práticas de ciência, observando-as como empreendimentos de cientistas e instituições sociais reflexivas que permitem o surgimento de novas sociabilidades. Há novas questões morais, culturais e filosóficas - como justiça social; direitos individuais; direitos humanos; ética multicultural, novas formas de subjetivação através das tecnologias médicas (genética, genoma, biomedicina); acesso à informação; novos espaços de esferas públicas; biotecnologia; etc. Diante de tantas reconfigurações, como as antropologias futuras podem lidar com as novas dinâmicas sociais, políticas e institucionais no contexto cosmopolita e tecnológico da vida social? É a questão pela qual inicia o segundo capítulo, tendo como ponto de partida os estudos da ciência e direcionando apostas-chave para uma antropologia da ciência e da tecnologia.

### **Caminhos para a antropologia da ciência e tecnologia**

Ao examinar os estudos da ciência, Fischer sistematiza quatro genealogias culturais que delineiam um campo de interesse para a antropologia da ciência e tecnologia.

A primeira genealogia aborda as *tramas culturais, epistemologias e democracias vindouras*. Os debates dos anos 1930-60 elaborados pelos estudos da fenomenologia, hermenêutica, epistemologia científica, sociologia da ciência, estruturalismo e pós-estruturalismo demarcaram um território a ser pesquisado pelos estudos da ciência, tecnologia e sociedade.

Ao reconhecer a historicidade da ciência, esses estudos no geral reconheciam a ciência afetada por controles políticos e ideológicos e as possíveis conseqüências e influências para a formação dos sujeitos e cidadãos.

A segunda genealogia examina as *linguagens de programação orientadas pelo objeto* presentes nos estudos sociais do conhecimento (SSK), da construção social da tecnologia (SCOT) e da teoria do ator-rede (ANT). A nova sociologia da ciência, ao estudar “objetos epistêmicos”, considerou o processo de descoberta científica como um processo de produção ativa, reconfigurando nosso mundo em formação. Observar o funcionamento interno da ciência e da tecnologia de um ponto de vista etnográfico e sociológico permite vislumbrar os laboratórios e controvérsias científicas como objeto de estudo etnográfico, reconhecendo também que a prática científica envolve a dimensão psicológica e afetiva da ciência. Como conclusão a segunda genealogia, Fischer retoma o pensamento de Latour (1998) de que a atividade científica é uma prática social, os laboratórios não são espaços fechados, pois o que se produz naqueles espaços difunde-se no mundo conforme são utilizados, e o cientista - como qualquer outro ator social - é alguém que utiliza estratégias persuasivas que visam garantir a aceitação dos enunciados por ele produzidos.

A terceira genealogia retoma as *etnografias antropológicamente informadas da ciência e da tecnologia dos anos 1980*. A antropologia da ciência e tecnologia não era um ponto de partida para os antropólogos. Ela se inseriu a partir do debate sobre os mundos da modernidade. Os estudos da ciência, diferente dos trabalhos antropológicos em geral, tinham imenso interesse nos materiais, nas ferramentas, nos agenciamentos tecnológicos e nos objetos epistêmicos das ciências. Os trabalhos antropológicos da ciência e tecnologia, além disso, também atentaram para a maior gama de atores envolvidos nas redes,

as responsabilidades institucionais, a economia política envolvida pela tecnologia, o foco nos meios de comunicação de massa, etc.

Por fim, a quarta genealogia foca nos *mundos tecnocientíficos cosmopolíticos emergentes do séc. XXI*. Fischer vê na cosmopolítica tecnocientífica:

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia em um contexto global – político, econômico, material e de rede – mais do que como cadeias simplificadas de histórias das ideias no âmbito das diferentes disciplinas, constitui um “platô ético”, que questiona as moralidades e sociabilidades vigentes no espaço de produção científico (p. 132).

Há um contínuo investimento nos mundos tecnocientíficos do século XXI que desestabiliza as relações de dominação centro-periferia e nas relações de desigualdade e dependência nos espaços de produção e conhecimento tecnológico. O que as etnografias sobre a ciência e a tecnologia têm mostrado é que é preciso observar a pesquisa e produção de conhecimento científico a partir de uma perspectiva cosmopolítica reconhecendo que atualmente, o campo de produção científica e as infra-estruturas educacionais situam-se em mundos além da Europa Ocidental e a América do Norte. Os mundos cosmopolíticos da ciência são cada vez mais diversos, disseminados e dependentes de uma heterogeneidade propiciada por uma rede global onde os produtores do conhecimento científico se situam de acordo com as oportunidades de agenciamento tecnocientíficos. Há a customização de tecnologias que se deslocam de um contexto etnográfico a outro e a produção de conhecimentos locais (como biodiversidade e ecologia) importantes para as questões globais. A organização das comunidades locais através das

novas tecnologias as conectam globalmente, formando campos moventes de governança. Esses novos espaços não são apenas uma extensão dos debates pós-coloniais, mas apontam para pontos de avanço no desenvolvimento da pesquisa científica e na infra-estrutura educacionais ao redor do mundo. Fischer aponta que eles devem ser considerados como “espaços terceiros”, que têm potencial de transformação da ciência, das iniciativas públicas, da geografia dos investimentos e da cosmopolítica nos locais de influência, para além destes e das comunidades enunciativas.

No terceiro capítulo o autor rediscute o impacto do pensamento kantiano sobre a antropologia. O pragmatismo kantiano, que tem seu ponto de partida na ação humana em seus sentidos múltiplos – corpo, espécie, meio ambiente – abre novos horizontes para se pensar as formas de fazer antropologia. Em consequência, a antropologia pragmática seria o desmembramento da antropologia filosófica kantiana, que pretende guiar as formas de ação cosmopolita no mundo em referências a práticas globais, concebendo o ser humano como um cosmopolita em ação. Em relação as práticas globais supõe-se que três relações tenham se modificado na cosmopolítica a nível macro, micro e meso. No nível macro, os Estados não são mais os gigantes da economia nacional, das políticas de saúde, ambiental e internacional. A política é transformada por uma nova combinação de organizações não governamentais (transnacionais, regionais e locais), instituições e convenções internacionais<sup>1</sup>. Estas redefinições das esferas de poder são os denominados “jogos de metapoder” (Beck, 2008) da cosmopolítica. Para Beck, o cosmopolitismo é uma prática experimental embora não barre os paradoxos e ambivalências surgidas dentro das hierarquias políticas locais.

No nível micro ou de base, o que antes era chamado de “novos movimentos sociais” transforma-se em redes altamente mediadas –

organizações não-governamentais, sindicatos e pequenos grupos ativistas – capazes de lidar com a distância, a diversidade e a diferença, experimentando novas formas organizacionais e tomadas de decisões descentralizadas. A flexibilidade social com que essas mobilizações se dão e as formas livres de conhecimento – códigos abertos, licenças *creative commons*, forma wiki de edição – potencializam tais mudanças. Por último – e não menos importante – a nível meso, temos a literatura, a música e o cinema dando voz a “línguas minoritárias” deslocadas dos pressupostos dominantes e hegemônicos.

No contexto da construção institucional experimental do cosmopolitismo é interessante a capacidade em reconhecer diferentes epistemologias cívicas no debate sobre política científica. As epistemologias cívicas são questões técnicas, mas também culturais, históricas e de organização social que envolvem a negociação de interesses e valores nas formas de prática do conhecimento científico. O cosmopolitismo deve ser avaliado em termos institucionais que, situados dentro de um jogo de moralidades de reconhecimento e elaboração da diferença, lidam com a complexidade, os mecanismos de alteridade e os conflitos emergentes.

## Novos caminhos antropológicos

No decorrer do livro, é perceptível a preocupação de Fischer para que nos afastemos cada vez mais dos pressupostos tecnofóbicos e observemos as tecnologias por meio de outras lentes. Reconhecendo um campo com múltiplas possibilidades, uma antropologia pragmática aos moldes kantianos tem como objeto o *antropos* (humanidade) e todas as socialidades que o permeiam e estão em constante reforma e reconstrução, invenção e criação, incitadas

pelas pressões e conectividades conflitantes da modernidade.

No campo da antropologia da ciência e tecnologia temos, por exemplo, as ciências da vida que trazem mudanças na noção de pessoa, de política e de ética; a tecnologia web produzindo cada vez mais novas formas de geração de conhecimento, novos espaços e novas línguas; as formas emergentes de vida por meio dos conhecimentos ambientais e ecológicos, da biologia molecular, biotecnologia, ciências da vida, redes de computadores e software; a formação de instituições sociais reflexivas dedicando-se a dilemas éticos que constituem efetivamente um terreno moral ou um conjunto de “platôs éticos”, no sentido jurídico, social e corporal. É um campo amplo, com um leque diferenciado de objetos.

Evidentemente, o livro desponta ao elucidar um novo campo antropológico em consolidação e mais ainda, à forma elucidativa pela qual Michael Fischer esboça seus argumentos ilustrando-os com o requinte dos ricos detalhes etnográficos das pesquisas mostradas no decorrer da leitura. Ele mostra mais do que um campo a crescer, o revigoramento que o

debate tecnologia e ciência sucinta nas nossas formas de pensar e fazer antropologia nos dias de hoje.

## Notas

1. União Européia, ONU, Fórum Social Mundial, OMC, OMS, etc.

## Referências bibliográficas

- BECK, Ulrich. Risk Society's 'Cosmopolitan Moment'. Lecture at Harvard University – November 12th, 2008. Disponível em: [http://www.labjor.unicamp.br/comciencia/files/risco/AR-UlrichBeck\\_Harvard.pdf](http://www.labjor.unicamp.br/comciencia/files/risco/AR-UlrichBeck_Harvard.pdf)
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- FONSECA, Claudia; SÁ, Guilherme. Ciência, poder e ética: implicações e desdobramentos antropológicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n.35, p.7-23, jan./jun. 2011.

**autora**      **Thamires de Lima Silva**  
Graduanda em Ciências Sociais / UFRJ

*Recebida em 10/08/2012*

*Aceita para publicação em 22/10/2012*